

A GESTÃO DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Simône de Oliveira Alencar

Universidade Federal de Rondônia - UNIR
s_simone_@hotmail.com

Angela Maria Gonçalves de Oliveira

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Ângela.biase@hotmail.com

Resumo: O presente artigo parte de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, objetivando analisar a gestão do planejamento participativo na formação inicial de professores frente às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Dessa forma, aponta a participação e o diálogo como requisitos favoráveis para interferir na realidade possibilitando a sua transformação. Como resultado e à luz do referencial teórico, pretende contribuir com reflexões a partir da gestão de um planejamento participativo frente às TICs, considerando-o como método de trabalho do educador, coletivamente construído, com perspectiva de possibilidades concretas e transformadoras na formação do professor.

Palavras-chave: planejamento participativo; formação de professor; tecnologias de informação e comunicação.

INTRODUÇÃO

O planejamento é uma tarefa complexa que não se restringe apenas no campo educacional. Para compreender a sua crença e/ou a sua descrença, devemos vinculá-lo a um contexto mais amplo de sociedade que o envolve.

Apoiados nas idéias de Libâneo (1994), Pinto (1995), Padilha (2007), Gandin (2007), Moran (2006) Mercado (1999), Valentini (2008) dentre outros, buscamos refletir a gestão de um planejamento participativo frente às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na formação de professor, com vista à transformação da realidade considerando os contextos e os pressupostos políticos e econômicos de quem planeja, com quem e para que planeja.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que as TICs abrem novas perspectivas para a educação, exigindo do professor que não apenas as conheça, mas que mediante a elas, seja capaz de transformar o espaço educacional, modificando e inovando sua prática pedagógica com o auxílio de um planejamento participativo.

Por que planejar?

Antes da tentativa de responder a tal questionamento, se faz necessário fazer outro. O que entendemos por planejamento?

Inúmeras são as definições de planejamento, cada autor o descreve de acordo com sua concepção, o contexto o qual está inserido e a que o planejamento se propõe. De acordo com Gandin (2001, p.83) “é impossível enumerar todos os tipos e níveis de planejamento”. Contudo, segundo Martinês e Lahore (1977),

Entende-se por planejamento um processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego dos meios materiais e dos recursos humanos disponíveis, a fim de alcançar objetivos concretos, em prazos determinados e em etapas definidas, a partir do conhecimento e avaliação científica da situação original. (p.11)

Esta definição não se restringe a um tipo específico de planejamento. Com base nos elementos que a constitui, esta pode definir qualquer tipo de planejamento, inclusive o educacional.

Desde os primórdios da civilização, o homem não vive sem planejar. Segundo Menegolla e Sant’anna (1991, p. 15) “O planejar foi uma realidade que acompanhou a trajetória histórica da humanidade”. O homem sempre pensou em suas ações, embora que não soubesse, estava planejando. Nessa perspectiva, o ato de pensar pode ser considerado também um ato de planejar.

Mesmo que implícito, inconsciente e/ou assistemático, o planejamento fez e faz parte do cotidiano do homem. Todavia, no que tange ao planejamento educacional, há que ser racional, consciente, sistemático e reflexivo, pois segundo Menogola e Sant’Anna (1991)

É o planejamento educacional que estabelece as finalidades da educação, a partir de uma filosofia de valores educacionais. Somente com a elaboração do planejamento se pode estabelecer o que se dever realizar para que essas finalidades possam ser atingidas, e ver como podemos pôr em ação todos os recursos e meios para atingir os objetivos a que se propõe a educação. (p. 31)

De acordo com Libâneo (1994, p. 222) “o planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. A escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais”. Por fazerem parte desta dinâmica, conhecem a realidade que estão inseridos, e portanto, são os mais indicados para elaborarem ou sistematizarem os seus próprios planejamentos.

Nesse sentido, Freire (1987, p. 43) afirma que “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”. Sua preocupação foi com uma educação para a responsabilidade social e política. Diante do sistema educacional questionava: Como aprender a discutir, debater e participar com uma educação que impõe? Esta reflexão nos remete a situações em que o sistema educacional brasileiro por várias décadas experienciou uma educação totalmente autoritária, centrada na figura do professor e descontextualizada da vida social.

Por isso o planejamento deve atingir o objetivo mais significativo do homem, que é conquistar a sua libertação, conscientização e comprometer-se diante de seu mundo, permitindo que o educando e educador sejam sujeitos de sua própria ação educativa.

Tendo em vista que a sistematização do planejamento se deu fora do campo educacional faremos uma breve retrospectiva até a sua inserção no contexto educacional.

Retrospectiva do planejamento e suas implicações na educação

A atividade de planejar é tão antiga quanto a história da humanidade. Assim como o homem primitivo pensava (planejava) como poderia fazer para vencer os desafios de sua vida diária, o homem contemporâneo também planeja, desde as atividades simples às mais complexas, a fim de alcançar seus objetivos.

Neste sentido, Menegolla e Martins (1991, p. 15) afirmam que “A história do homem é um reflexo do seu pensar [...] O homem pensa sobre o que fez; o que deixou de fazer; sobre o que está fazendo e o que pretende fazer”. Assim, a atividade de planejar não deixa de ser uma exigência e simultaneamente uma necessidade do ser humano.

A sistematização do planejamento se dá no campo econômico, mais especificamente na área de produção, mediante as Revoluções Industriais e a emergência da chamada Ciência da Administração, no fim do séc. XIX. Seus principais representantes foram o Americano Taylor (1856-1915) e o Francês Fayol (1841-1925), segundo Chiavenato (1979),

[...] na Administração proposta por Taylor, o princípio do planejamento é o primeiro princípio de uma gerência com novas atribuições e responsabilidades, consistindo em substituir no trabalho o critério individual do operário, a improvisação e a atuação empírico-prática, pelos métodos baseados em procedimentos científicos. (p. 51)

Para configurar o planejamento, a Ciência da Administração apropria-se de termos utilizados em guerras como objetivos e estratégias (e que ainda encontramos em alguns planejamentos educacionais) e separa a atividade de planejar e executar. Vasconcellos (2008) afirma que,

[...] talvez o elemento genealógico mais complicador em termos de alienação do trabalho – em geral e escolar – tenha sido a preconização por Taylor da necessidade de separar a tarefa de planejamento da execução, ou seja, para ele, organizar cientificamente o trabalho implicava a distinção radical entre concepção e realização. (p. 27)

Dessa forma, a Ciência da Administração justifica uma prática antiga, e ainda presente nos momentos atuais, de uns conceberem e outros executarem, abrindo espaço para um planejamento tecnocrático, onde o controle e o poder de decisão estão nas mãos de uns (técnicos, especialistas e até mesmo políticos) e o dever de execução, nas mãos de outros. Segundo Padilha (2007),

Para Fayol, por exemplo, a previsão, que é a primeira característica da função administrativa, significa visualizar o futuro e traçar o programa de ação. Ao tratar do princípio da divisão do trabalho, esse autor também afirma que a especialização é necessária a eficiência na utilização da mão-de-obra, seja qual for a função exercida. (p. 46)

Assim, justifica-se mais uma vez a divisão do trabalho e a valorização cada vez maior das especializações, nos fazendo compreender a origem desta prática presente até nos dias atuais no contexto educacional.

No início do séc. XX, o planejamento, já sistematizado, vai ganhando espaço em todos os setores da sociedade e produz um forte impacto quando a União Soviética apresenta-o e utiliza-o não mais como um exemplo de organização empresarial, mas como planificação de toda economia do país.

Atualmente, podemos identificar três linhas de planejamento administrativo: o gerenciamento da qualidade total, o planejamento estratégico e o planejamento participativo, que por sua vez, tiveram e têm suas implicações na educação, pois a escola não ficou, e nem fica imune aos movimentos político-econômico-sociais. Segundo Padilha (2007),

[...] temos observado que o projeto educativo é determinado não por um modelo de administração ou de organização para determinada escola ou mesmo para determinado sistema educacional, mas por teorias e modelos administrativos preexistentes, que acabam definindo o tipo de organização dos sistemas educacionais ou escolares. (p. 45)

Apesar de modelos econômicos, na maioria das vezes, serem determinantes para o tipo de organização escolar, Teixeira (1987, p. 75) afirma que “Existe um certo paralelismo entre administração e pedagogia na medida em que tanto as teorias pedagógicas como as administrativas fundamentam-se nos mesmos pressupostos, ou seja, na mesma concepção de homem, de sociedade e de organização”.

Todavia, não é objetivo deste trabalho explicitar as teorias da administração. Demonstraremos as implicações dos tipos de planejamentos administrativos no contexto educacional, apresentando uma síntese sobre algumas concepções de planejamento e vinculando-o às tendências pedagógicas.

A primeira concepção é a do planejamento como princípio prático. Esta concepção está centrada na tendência pedagógica tradicional, pois o planejamento tinha como preocupação principal, a tarefa a ser desenvolvida em sala de aula, independente da realidade, uma vez elaborado, serviria para vários anos.

Libâneo (2008, p. 23) afirma que “o compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais pertencem a sociedade. O caminho cultural em direção ao saber é o mesmo para todos os alunos, desde que se esforcem”. O planejamento pedagógico nesta concepção é bem mais que um roteiro a ser seguido, é uma espécie de determinação, qual fosse o seu contexto.

No entanto, Vasconcellos (2008, p. 28) adverte que nesta mesma concepção de planejamento “observa-se que o plano, com efeito, orientava o trabalho do professor, tinha uma função, vale dizer, que havia uma estreita relação entre o planejar e o acontecer”. Algo que muitas das vezes não se vê. Planeja-se por planejar, para cumprir exigências burocráticas, não necessariamente para acontecer.

O gerenciamento da qualidade total é a linha que mais dá continuidade ao desenvolvimento processado nos últimos tempos, e que mais apresenta um caráter conservador, uma vez que todas as mudanças que se propõe são para aperfeiçoar o processo de produção do período industrial e pós-industrial. Segundo Gandin (2007),

Sempre se falou de qualidade como algo importante e necessário. Mas o que era importante e necessário era a produção em massa. Esta produção em massa obviamente era submetida a um controle de qualidade: cada produto é examinado e aceito ou rejeitado conforme esteja dentro de limites mínimos de suas especificações técnicas. (p.24)

O planejamento estratégico por sua vez, parte de um processo de compreensão da necessidade de rever os fins para os quais estão sendo gastos as energias, principalmente num momento de crise.

No contexto educacional, estas duas linhas de planejamento, o gerenciamento da qualidade total e o planejamento estratégico, apresentam sua concepção como instrumental/normativo. Chega no Brasil no final da década de sessenta, mediante a tendência pedagógica tecnicista com o objetivo de adequar o sistema educacional à orientação político-econômica do regime militar. Segundo Libâneo (2008),

[...] A educação escolar compete organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global [...] A atividade da ‘descoberta’ é função da educação, mas deve ser restrita aos especialistas [...] A escola atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo[...] seu interesse imediato é o de produzir indivíduos ‘competentes’ para o mercado de trabalho[...]. (p. 29)

Nesse contexto, Vasconcellos (2008) confirma que

Essa exigência técnica para elaborar o planejamento, justificou-se ideologicamente, sua centralização nas mãos dos ‘especialistas’ fazendo parte de uma ampla estratégia de expropriação do quefazer do educador [...], levando a um crescente processo de alienação e controle exterior da educação. (p.32)

Dessa forma o saber do professor foi gradativamente desvalorizado e ao mesmo tempo eram obrigados a preencher inúmeras planilhas, pois havia certa obsessão pela planificação e controle do fazer pedagógico. Assim, muitos dos problemas que ainda surgem hoje na prática escolar entre professores e técnicos, têm suas explicações na origem da função do supervisor, que era de controlador e fiscal.

O Planejamento participativo teve suas primeiras reflexões não mais no campo econômico, mas por um grupo denominado ELAP - Equipe Latino-Americana de Planejamento. Segundo Gandin (2007, p. 28) “parte de uma leitura do nosso mundo na qual é fundamental de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve à falta de participação em todos os níveis e aspectos da atividade humana”.

Convém ressaltar que a principal característica do planejamento participativo não é a existência da participação, existente nos outros tipos, mas na sua finalidade, para quem e para que foi sistematizado. De acordo com Gandin (2001, p. 82) “ele foi desenvolvido para instituições, grupos e movimentos que não tem como primeira tarefa ou missão aumentar o lucro, competir e sobreviver, mas contribuir para a construção da realidade social”.

Este tipo de planejamento no contexto escolar de acordo com Vasconcellos (2008, p. 31) “é fruto da resistência e da percepção de grupos de educadores que recusaram a fazer tal reprodução do sistema e foram buscar alternativas de fazer educação e, por tanto, de planejá-las”.

Nesta perspectiva, o saber deixa de ser privilégio dos especialistas, a valorização da participação e do diálogo, passam a ser considerados requisitos favoráveis para intervir na realidade, possibilitando a sua transformação.

A concepção do planejamento participativo está fundamentada na pedagogia progressista, porém, Libâneo (2008, p. 32) afirma que esta pedagogia, manifestada nas tendências pedagógicas libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos não têm como se institucionalizar numa sociedade capitalista, daí, ser ela um instrumento de luta de alguns professores.

O planejamento participativo de acordo com Pinto (1995, p. 178) tem como objetivo a transformação das relações de poder, autoritárias e verticais em relações igualitárias, horizontais e dialógicas.

É nessa perspectiva de participação com vistas à transformação que discorreremos este trabalho frente às tecnologias de informação e comunicação (TICs) na formação inicial do professor.

As contribuições das TICs na formação inicial de professor para a gestão de um planejamento participativo

Com as transformações políticas, econômicas e tecnológicas se faz necessário um modelo de gestão com base nos pressupostos da democracia, autonomia e participação. Que possibilite ao homem entender a forma como vê a sociedade e principalmente como dela participar.

De acordo com Libâneo (2001) a participação é fundamental para garantir a gestão democrática, pois é assim que todos os envolvidos no processo educacional da instituição estarão presentes, desde as discussões de propostas (planejamentos) ao processo de implementação, acompanhamento e avaliação.

Muitos são os desafios que emergem nos sistemas de ensino, ocasionados pelo avanço do desenvolvimento tecnológico que a sociedade contemporânea experimenta e, que chegaram às escolas. Segundo Valentini et al (2008, p. 197) “os espaços educativos e de aprendizagem estão cada vez mais permeados de recursos tecnológicos, chamando os sujeitos da aprendizagem (professores e alunos) a se apropriarem desses recursos e construir novos contextos de interação”.

A formação de professores nesse contexto assume uma crescente importância, pois espera-se que as TICs signifiquem novos modos de aprender e ensinar para alunos e professores. Belloni (1999) afirma que os educadores têm um papel fundamental ao apropriar-se das TICs, cujo uso deverá ser como ferramenta e/ou recurso pedagógico de uma forma crítica e responsável e não somente como meros consumidores.

Dos professores do Ensino Superior, esperam-se novos valores, competências e habilidades frente às atuais exigências e necessidades da sociedade contemporânea. Segundo Masetto (2003),

No âmbito do conhecimento, o ensino superior percebe a necessidade de se abrir para o diálogo com outras fontes de produção de conhecimento e de pesquisa, e os professores já se reconhecem como não mais os únicos detentores do saber a ser transmitido, mas como um dos parceiros a quem compete partilhar seus conhecimentos com outros e mesmo aprender com outros, inclusive com seus próprios alunos. É um novo mundo, uma nova atitude, uma nova perspectiva na relação entre o professor e o aluno no ensino superior. (p. 14)

A utilização das TICs no contexto educacional do ensino superior, não deve ser concebida como mais uma novidade, mas como forma de possibilitar que alunos e professores assumam coletivamente o papel de sujeitos críticos e criativos com base na participação e no diálogo.

Contudo, as tecnologias que chegaram aos sistemas de ensino precisam ser concebidas como subsídios para se repensar e/ou melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, bem como da prática pedagógica e, não concebê-las como uma panacéia educacional. De acordo com Sancho et al. (2006),

A contribuição mais significativa das tecnologias da informação e comunicação, com um caráter geral, é a capacidade par intervir como mediadora dos processos de aprendizagem e, inclusive, modificar a interatividade gerada, de tal maneira que, no campo educativo, a qualidade vinculada ao uso das tecnologias, na realidade, une-se a qualidade da interatividade, como o fator-chave nos processos de ensino-aprendizagem. (p. 74)

Um dos maiores desafios na formação docente é saber como preparar o professor a incorporar os recursos das TICs em seu fazer pedagógico se nem sempre os próprios professores formadores as utilizam. De acordo com Mercado (1999),

É muito difícil, através dos meios convencionais, preparar professores para usar adequadamente as novas tecnologias. É preciso formá-los do mesmo modo eu se espera que eles atuem no local de trabalho, no entanto, as novas tecnologias e seu impacto na sociedade são aspectos poucos trabalhados nos cursos de formação de professores, e as oportunidades de se utilizarem nem sempre são as mais adequadas à sua realidade e às suas necessidades. (p. 90)

As TICs têm inúmeras contribuições na formação de professores para a efetivação de um planejamento participativo em termos de conteúdos e métodos apoiando-se em uma concepção de educação não mais centrada na transmissão de conhecimento e de um paradigma de professor não mais o centralizador de informações. Valentini et al (2008) afirmam que

A formação de professores para o uso das TICs pode levar a superação do uso monodirecional da comunicação didática enfatizada nos aspectos verbais do repasse de noções, para formas de mediação multidirecional, onde ferramentas como o fórum, o *chat*, os editores colaborativos, dentre outros, sejam nós de uma rede de aprendizagem colaborativa. (p. 198)

Ao ter acesso as TICs e sua transformação em conhecimento durante a sua formação, os alunos terão maior possibilidade de se tornarem agentes de mudanças nos setores de produção e de serviço.

Nessa perspectiva, de acordo com Mercado (1998) os estudantes são concebidos como participantes ativos do processo de aprendizagem e não como receptores passivos de informações ou conhecimentos

O uso adequado das TICs possibilita a capacidade de desenvolver estratégias de buscas, critérios de seleção e habilidades de processamento de informação, não só a programação de atividades. Segundo Behrens (2008) a maioria dos professores do ensino superior vem protelando a inserção das TICs, como alternativas pedagógicas, ou as utilizam como recuso para apenas veicular conteúdos e propor atividades.

Em relação ao diálogo, as TICs estimulam a capacidade de comunicar efetiva e coerente. De acordo com Soares (2003) acredita-se que o fator comunicação, mais que os conteúdos transmitidos, é o que gera o conhecimento.

Os trabalhos de pesquisas podem ser compartilhados por outros alunos e professores e divulgados instantaneamente em rede para quem se interessar. A internet vem se mostrando eficiente na aquisição de informação, na comunicação bem como na construção de conhecimento, pois segundo Moran (2006) a internet é uma tecnologia que facilita a motivação dos alunos, pela novidade e pelas possibilidades inesgotáveis de pesquisa que oferece.

Enfim, alunos e professores encontram nas TICs inúmeros recursos que podem facilitar o planejamento de suas aulas de forma crítica, participativa, criativa e dialogada. Todavia, para conseguir tais contribuições, é imprescindível considerar uma capacitação contínua com os professores formadores, que por sua vez poderão capacitar seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impossível que as transformações das TICs não tragam implicações para a educação. Contudo, não podemos pensar que elas inseridas no campo educacional, serão a solução de todos os problemas deste contexto.

Reconhecer que a sociedade contemporânea está cada vez mais tecnológica significa também, conscientizar-se da necessidade de uma educação não mais transmissora de conhecimento e centralizada na figura do professor, necessita-se portanto, de um perfil de educador flexível, crítico, criativo, com postura de abertura e busca ao novo tendo como base a competência técnico-pedagógico-científica.

Sem esgotar a temática, mas considerando as contribuições das TICs na formação de professores para a gestão de um planejamento participativo e analisando os desafios que encontramos, que não são poucos, pretendemos contribuir com reflexões com o intuito de compreender as TICs no contexto educacional como ferramentas para favorecer o processo de humanização e emancipação do ser humano com perspectiva de possibilidades concretas e transformadoras na formação docente e não para limitá-lo.

REFERÊNCIAS

- BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. Campinas: Autores Associados, 1999.
- BEHRENS, M.A. Ambientes virtuais na formação pedagógica on-line dos professores universitários. In: E. PERES (org.). **Trajetórias e processo de ensinar e aprender**: políticas e tecnologias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GANDIN, Danilo. **Prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- _____. A posição do planejamento participativo: entre as ferramentas de intervenção na realidade. **Currículos sem fronteiras**. V. 1, n.1, p. 81-95, jan/jun, 2001
- LIBÂNIO, J.C. **Organização e gestão escolar**: teoria e prática. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.
- _____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- MARTINEZ, M. J; LAHORE, C. Oliveira. **Planejamento escolar**. São Paulo: Saraiva, 1977.
- MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo: Summus, 2003.
- MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** Currículo - Área – Aula. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MERCADO, Lu's Paulo Leopoldo. Formação docente e as novas tecnologias. IV Congresso Iberoamericano de Informática na Educação. Disponível em: <http://phoenix.sce.fct.unl.pt/ribie/cong>, 2008. Acesso 31 dez. 2010.
- _____. **Formação Continuada de Professores e Novas Tecnologias**. Maceió: Edufal, 1999.
- MORAN, José Mamuel. **Como utilizar a internet na educação**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/internet.htm>. Acesso em 03 jan. 2011.
- PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- PINTO, João Bosco G. Planejamento participativo na escola cidadã. In: SILVA, Luiz H. e AZEVEDO, José C. **Paixão de aprender II**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- SANCHO, Maria Juana.[et al.]. Trad. Valério Campos. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- SOARES, Ismar de Oliveira. EAD como prática educativa: emoção e racionalidade operativa. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/3.pdf>. acesso em 21dez.2010.
- TEIXEIRA, Maria C. Sanchez. Alternativas organizacionais: um estudo do redimensionamento das questões educacionais e administrativas. In: FISCHMANN, Roseli (org.). **Escola brasileira**: temas e estudos. São Paulo, Atlas, 1987.

VALENTINI, C. B; SOARES, E. S; RELA, Eliane. Formação de professores do ensino superior: o desafio de repensar o fazer pedagógico no contexto das tecnologias e da modalidade semipresencial. **Revista Educação Unisinos**. Vol.12, p.196-204, setembro/dezembro, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. 18 ed. São Paulo: Libertad Editora, 2008.